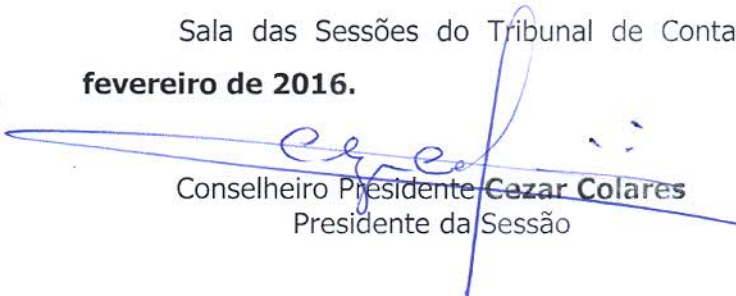


**PREJULGADO DE TESE Nº 005, 18 de fevereiro de 2016.****RESOLUÇÃO Nº 12.169****Processo nº 201515826-00**

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. POSSIBILIDADE LEGAL DA CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 37 E 39, DA LEI MUNICIPAL Nº 001/1994. CONTAGEM DO PRAZO E AVALIAÇÃO. POSSIBILIDADE MEDIANTE EXPRESSA PREVISÃO NORMATIVA. REGULAMENTAÇÃO DA MATÉRIA NO ÂMBITO MUNICIPAL. PELA REGULARIDADE DA CONSULTA POR ATENDER O ART. 1º, XVI, DA LC Nº 084/2012.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à **unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução da Conselheira Relatora, às **fls. 22-34** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **18 de fevereiro de 2016.**


Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheira Ouvidora **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros, Daniel Lavareda, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão; Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, convocado nos termos da Portaria nº 0188/2016; Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

Processo n.º: 201515826-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: Francisco das Chagas Sá

Instrução: 3ª Controladoria

Exercício: 2015

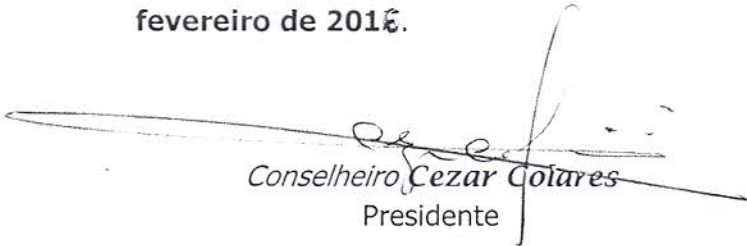
Relatora: Conselheira Mara Lúcia


Publicado no D.O.E. Nº 33.095
de 28/03/16 à Pg. 24
do _____ Caderno.

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. POSSIBILIDADE LEGAL DA SESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 37 E 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 001/1994. CONTAGEM DO PRAZO E AVALIAÇÃO. POSSIBILIDADE MEDIANTE EXPRESSA PREVISÃO NORMATIVA. REGULAMENTAÇÃO DA MATÉRIA NO ÂMBITO MUNICIPAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 22-33**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **18 de fevereiro de 2016**.


Conselheiro Cezar Colares
Presidente


Conselheira Mara Lúcia
Relatora

Presentes: Conselheiros Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; Sérgio Leão; Conselheiro Substituto Alexandre Cunha e Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

Processo n.º: 201515826-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: Francisco das Chagas Sá

Instrução: 3ª Controladoria

Exercício: 2015

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

RELATÓRIO

FRANCISCO DAS CHAGAS SÁ, Prefeito Municipal de São Miguel do Guamá, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/03), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto à ***possibilidade da Administração Pública receber em cessão ou ceder funcionário público, ainda em estágio probatório***, dada a controvérsia interpretativa sobre a matéria, transcrita em jurisprudência colecionada, bem como solicita esclarecimento, desta Corte de Contas, quanto aos seguintes pontos:

- a) O prazo a ser computado em estágio probatório fica suspenso?***
- b) Se não ficar suspenso, de que órgão é a obrigatoriedade de avaliação?***

Os presentes autos foram recebidos à minha Relatoria, em **16.12.15**, onde considerando o atendimento das formalidades regimentais para seu processamento, nos termos do **art. 300, §4º, do RITCM-PA**, procedi com a apreciação da matéria, na forma do presente relatório e voto que submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema submetido.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

Conforme consta, os autos foram recebidos em Gabinete, na data de **16.12.15** (fl. 09), seguindo, em **05.01.16**, à **3ª Controladoria**, conforme despacho à fl. 10, dado o permissivo contido no **art. 300, §4º, do RITCM-PA** (Ato n.º 16/2013), para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes deste **TCM-PA**, que atendessem à solicitação em questão, a qual foi tempestivamente elaborada e juntada aos autos, às fls. 11/21, por meio do **Parecer n.º LA 03/2016**, que torno parte integrante do presente relatório¹.

1

PARECER N.º: LA 03/2016- 3ª CONTROLADORIA
PROCESSO N.º: 201515826-00
PROCEDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS SÁ - PREFEITO.
ASSUNTO: CONSULTA SOBRE CESSÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO
PROBATÓRIO.

RELATÓRIO

Vem ao exame desta Controladoria, conforme determinação da Exma. Conselheira Mara Lúcia, à fl. 10, consulta formulada pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, representada pelo Sr. Francisco das Chagas Sá, Prefeito, que versa sobre a possibilidade de receber em cessão ou ceder funcionário público em estágio probatório, assim como, se o prazo a ser computado em estágio probatório fica suspenso, e se não ficar suspenso, de que órgão é a obrigatoriedade de avaliação. (sic, fl. 03).

O consultante esclarece que apesar de reconhecida a possibilidade por Tribunais, existe controvérsia acerca da cessão de servidores em estágio probatório e junta jurisprudência relacionada do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, na qual já se manifestou acerca da possibilidade da ocorrência de tal fato, com a consequente suspensão da contagem do tempo referente ao estágio probatório.

É o breve relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

É necessário delimitar a matéria objeto da consulta, que no caso é:

a) *É possível a cessão ou receber cessão de servidor público ainda em estágio probatório?*

b) *O prazo a ser computado em estágio probatório fica suspenso?*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

c) Se não ficar suspenso, de que órgão é a obrigatoriedade de avaliação?

Primeiramente, importante conceituar doutrinariamente a cessão de servidores, que é fato funcional por meio do qual determinada pessoa administrativa ou órgão público cede, sempre em caráter temporário, servidor integrante de seu quadro para atuar em outra pessoa ou órgão, com o objetivo de cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades administrativas .

Os órgãos envolvidos ou entes envolvidos na cessão de servidores serão denominados cedente, ou seja, o órgão de origem do servidor, aquele que o disponibiliza para outro órgão e, cessionário, aquele que recebe o servidor, o órgão onde o servidor cedido irá exercer as suas atividades.

Assim, a cooperação entre os órgãos ou entre entidades constitui ato discricionário de ambos os órgãos e do interesse que tenham na cessão de servidores, ou seja, baseia-se em juízo de conveniência e oportunidade, que tem como fim primordial o interesse público.

Logo, via de regra, não depende da anuência do servidor, nem trata-se de um direito subjetivo do servidor à cessão, visto que a Administração Pública tem prerrogativa de movimentar e organizar seus servidores ex officio, em prol do interesse público e da necessidade do serviço, desde que obedeça aos parâmetros estabelecidos em lei e aos princípios norteadores da atividade administrativa.

Outro ponto que merece destaque é em relação ao ônus da remuneração do servidor cedido, que poderá se configurar nas seguintes modalidades:

- a) com ônus para o cedente, ou seja, o servidor permanece percebendo seus vencimentos pelo órgão ou entidade de origem;
- b) com ônus para o cessionário, vale dizer, a obrigação do pagamento da remuneração ao servidor, bem como do recolhimento do percentual determinado por lei para a previdência e dos demais encargos, passa a ser do órgão ou entidade cessionária;
- c) com ônus para o cessionário, mediante reembolso, importando dizer que o servidor permanece na folha de pagamento do cedente, e o cessionário faz o reembolso mensal da remuneração percebida pelo servidor bem como dos respectivos encargos.

Acrescentamos que, qualquer parcela remuneratória paga pelo cessionário ao servidor que não componha a remuneração do cargo efetivo do qual é titular no órgão ou entidade cedente, não será

Marcelo



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

incorporada à sua remuneração, nem aos proventos de aposentadoria, pois as cessões, como já dito, são temporárias e precárias, o que não resulta em alteração jurídica do vínculo do servidor com seu órgão de origem, ou seja, com o cedente.

Traçadas as presentes considerações, conclui-se que a cessão de servidor é um ajuste bilateral que comunga consenso entre pessoas ou órgãos/entidades diversos, que possuem estatutos próprios.

Nesse contexto, verifica-se que alguns estatutos disciplinam a cessão e outros não, justamente por se tratar de acordo entre as partes que requer regulamentação pelos entes envolvidos a partir da existência de interesse entre os pactuantes.

Usualmente, o trâmite para celebração de cessão de servidores, é configurado por meio de troca de ofícios, finalizada com a edição de ato administrativo de cessão, que formaliza a anuência do cedente.

No entanto, para que a cessão seja regular deverá respeitar requisitos formais, quais sejam: ser prevista em Lei, convênio ou instrumento congênere; o ato de cessão deverá fixar o prazo de permanência do servidor cedido no órgão de ou entidade cessionária; informar, se for o caso, o cumprimento de finalidade específica e ser expedido pela autoridade máxima do órgão ou entidade cedente, além dos requisitos de validade de todo e qualquer ato administrativo, como forma própria, numeração e publicação em órgão oficial.

A Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, prevê a possibilidade de cessão de servidor em estágio probatório, desde que para ocupar cargos de natureza especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4 ou equivalentes, conforme estabelece em seu §3º, do art. 20:

*"Art.20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: (Vide EMC n.º 19)
(...)"*

§3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos

Manoel



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes. (Incluído pela Lei n.º 9.527, de 10.12.97)". (com destaque)

Tendo em vista a autonomia Administrativa e Financeira, garantidas constitucionalmente aos Estados e Municípios, procedemos levantamento específico da previsão da matéria - cessão de servidores durante o período do estágio probatório - em suas Leis e Estatutos, conforme segue.

O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Estaduais do Pará - Lei n.º 5.810/94 - regulamentou o instituto da cessão de servidores em seu art. 31, in verbis:

"Art. 31. O servidor no exercício de cargo de provimento efetivo, mediante a sua concordância poderá ser colocado à disposição de qualquer órgão da administração direta ou indireta, da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, com ou sem ônus para o Estado do Pará, desde que observada a reciprocidade." (com destaque).

O art. 31, da Lei n.º 5.810/1994, foi regulamentado pelo Decreto n.º 648, de 17 de janeiro de 2013, sem estabelecer qualquer observação sobre cessão de servidores que se encontrem em estágio probatório.

O Município de Belém, por sua vez, tratou sobre a possibilidade de cessão de servidores, na Lei n.º 7.502, de 20 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Belém, em seus arts. 19 e 140, ora transcritos abaixo:

"Art. 19 - O funcionário não poderá ausentar-se do Estado sem autorização superior, nos casos de estudos ou missão especial com ou sem vencimentos."

§5º - O servidor efetivo, mediante a sua concordância, poderá ser colocado à disposição de qualquer órgão da administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e outros Municípios, com ou sem ônus para o Município de Belém, desde que observada a reciprocidade."

"Art. 140 - O funcionário, mediante sua concordância, poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios, nas seguintes hipóteses:

Marcos Aurélio



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

- a) para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; e
- b) para exercício de cargo técnico ou em casos previstos em leis específicas." (com destaque).

No entanto, limitou a cessão de servidores durante o período de estágio probatório, conforme §4º, do art. 20, in verbis:

"Art. 20 - Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de até dois anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para desempenho do cargo, observados os seguintes requisitos:
(...)

§4º - O funcionário não poderá ser promovido, transferido, removido, redistribuído, reclassificado ou posto à disposição de outros órgãos ou entidades, e nem obter as licenças constantes nos incisos VI, X e XI do artigo 93, durante o período do estágio." (com destaque).

O Município de Ananindeua, por sua vez, tratou do tema em seu Estatuto dos Servidores Públicos do Município, Lei n.º 2.177/05, de 07 de dezembro de 2005, em seu art. 167:

"Art. 167 - O servidor poderá ser cedido mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- I - para exercício de cargo em comissão;
- II - em casos previstos em leis específicas;
- III - em razão de cumprimento de convênio.

Parágrafo único - O ônus da remuneração será do órgão ou entidade requisitante, salvo nos casos previstos em lei ou convênio." (com destaque).

E abordou a questão da suspensão do estágio probatório durante o período de cessão e retomada da contagem do período restante por ocasião do retorno do servidor, em seu art. 27:

"Art. 27. Suspender-se-á o estágio probatório no período em que o servidor encontrar-se nos seguintes casos:

- I - licenças previstas no art. 125, observado o disposto no seu § 4º;

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

- II - cessão prevista no art. 167, I;*
- III - afastamento para o exercício de cargo em comissão no Município;*
- IV - afastamento para ocupar o cargo de Secretário Municipal ou a ele equiparado;*
- V - afastamento para exercício de mandato eletivo federal, estadual, ou municipal, ressalvado a hipótese de acumulação do cargo com um mandato.*

Parágrafo Único. Retornando o servidor ao exercício do cargo, será retomada a contagem do período restante do estágio probatório." (com destaque).

Lado outro, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, regulamentou as cessões, por meio da Resolução n.º 013/2012 - GP e tratou especificamente dos servidores em estágio probatório:

Art. 4º. O Poder Judiciário do Estado do Pará poderá colocar, observada a reciprocidade, servidores titulares de cargos efetivos, integrantes de seu quadro funcional, à disposição de órgãos ou entidades da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(...)

§ 8. Os servidores em estágio probatório poderão ser cedidos no estrito interesse da administração pública. (com destaque).

Nota-se que são posicionamentos distintos sobre o mesmo tema, justamente por ser matéria de organização administrativa, que envolve o poder discricionário de cada órgão. As divergências e consequentes ajustes serão dirimidos por ocasião da cessão de determinado servidor, com termos devidamente fixados no ato de cessão, quais sejam, período de vigência, responsabilidade pelo ônus da remuneração do servidor, finalidade específica, se houver e demais critérios que se fizerem necessários na ocasião.

Considerando o município, ora consulente, realizamos pesquisa junto ao Banco de Leis, disponível no site da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, de onde extraímos a Lei Complementar n.º 001/1994, de 30 de dezembro de 1994, a qual dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.

Nos termos da citada Lei Municipal, a cessão de servidores foi prevista no art. 37, a qual transcreve, em idênticos termos, o permissivo contido no RJU Estadual, acima referenciado, consignando, ainda, nos termos do art. 39, que "os requisitos a serem

M. B. B. B.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

considerados no estágio probatório e o processo sumário de apuração serão definidos em regulamento".

Nos termos da transcrita e expressa previsão legal, remete-se, desde já, a necessidade de regulamentação, por ato próprio do Chefe do Executivo, os requisitos e condições de apuração do estágio probatório, inclusive naquilo que tem pertinência, quanto a cessão de servidores que estejam submetidos a este processo, a exemplo do que realizou o Governo do Estado do Pará, por meio do já citado Decreto Estadual.

Cumpre-nos salientar, ainda, que em consulta ao mesmo banco de leis, do nomeado município, não identificamos qualquer Decreto Municipal, que disciplinasse a matéria.

Após todas as considerações gerais sobre a matéria - cessão de servidores durante o período de estágio probatório - Passemos ao enfrentamento ponto a ponto dos tópicos da presente consulta, quais sejam:

a) É possível a cessão ou receber cessão de servidor público ainda em estágio probatório?

Como dito, a matéria cessão de servidor público é de competência administrativa própria e decorre do poder discricionário de cada órgão, de maneira que critérios a respeito da possibilidade ou não de ceder ou receber servidores em estágio probatório deve ser estabelecido pelas partes envolvidas na cessão, a partir de regulamentação própria. Havendo, como demonstrado, na Legislação trazida na presente consulta, situações que preveem a possibilidade e outras não.

b) O prazo a ser computado em estágio probatório fica suspenso?

Todos os termos a serem fixados sobre a cessão do servidor devem ser estabelecidas em regulamento próprio dos órgãos envolvidos, inclusive, sobre a avaliação ou suspensão do período do estágio probatório, por se tratar de matéria de ordem administrativa, que envolve o poder discricionário de cada ente.

c) Se não ficar suspenso, de que órgão é a obrigatoriedade de avaliação?

Mais um ponto a ser estabelecido em regulamento próprio dos órgãos envolvidos. De maneira, que a avaliação do estágio probatório poderá ser realizada pelo órgão cedente, como também pelo órgão cessionário, de acordo com o previsto em seu regulamento e ratificado no ato administrativo de cessão.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

Muito embora, deva-se considerar que a avaliação de desempenho terá como objeto a aptidão e capacidade do servidor para desempenho do cargo, que pertence ao órgão de origem.

Logo, caso o órgão cedente autorize a avaliação pelo cessionário, estará delegando a responsabilidade de avaliação de desempenho de um servidor de seu quadro, deixando de apurar os critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade de seu servidor.

PARECER

Por todo exposto, a consulta formulada pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, acerca possibilidade de receber em cessão ou ceder funcionário público em estágio probatório, assim como, se o prazo a ser computado em estágio probatório fica suspenso, e se não ficar suspenso, de que órgão é a obrigatoriedade de avaliação, nos termos propostos, requer regulamentação da matéria pela própria Prefeitura Municipal, a teor do previsto no art. 37 c/c art. 39, da Lei Complementar Municipal n.º 001/1994, por se tratar de matéria de ordem administrativa, que decorre do poder discricionário, oriundo da autonomia administrativa de cada órgão/entidade.

Cabe-nos ressaltar, ainda, a indispensável observância, a quando da cessão, das regras vigentes no Município cedente, de onde deverão ser extraídos os comandos pertinentes à autorização para transferência provisória do servidor, bem como os critérios e competência de avaliação, que serão aplicados ao mesmo, quando este se encontrar em estágio probatório.

Ademais, na ausência de regulamentação própria, caso o município possua em seu ordenamento previsão para aplicação subsidiária da Lei n.º 5.810/1994 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Estaduais do Pará, poderá, facultativamente, utilizar a referida norma, e consequentemente o Decreto n.º 648, de 17 de janeiro de 2013, que regulamentou o art. 31, da Lei n.º 5.810/1994, sem estabelecer qualquer ressalva/restrrição, sobre cessão de servidores que se encontrem em estágio probatório.

É o parecer,
S. M. J.

Belém, 27 de janeiro de 2016.

Lorena de Lourdes de Aguiar Smith
3º CONTROLADORIA/TCM

De acordo:

Ocyr Mello
Controlador/3ª Contradadladoria



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**², tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada, como tese, acerca de dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, verificado o detalhamento e específico cotejamento da matéria com as previsões legais vigentes, *in casu*, para o próprio município, ora consulente, para além de ter demonstrado, através da consignação de diversos tratamentos aplicados à matéria, pelo Governo Federal e Estadual, Tribunal de Justiça do Estado do Pará e, ainda, outros municípios paraenses, os quais, realizado, diligentemente pela **3ª Controladoria**, nos termos do **Parecer n.º LA 03/2016**, o qual acompanho e adoto como resposta, em sua integralidade, a já transcrita manifestação.

Neste sentido, tal como destacado na análise técnica referida, seguindo, inicialmente, os contornos e limites estabelecidos pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, em cada esfera de competência, caberá ao Chefe do Executivo, através de regulamento próprio, estabelecer a forma, permissivo e condições de cessão de servidores, no que se inserem as questões, quanto à possibilidade de que a mesma se dê durante o estágio probatório, bem como se este será mantido ou suspenso, durante o período de transferência do servidor, para além da responsabilidade em sua execução/avaliação.

² XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

A matéria está inserida, por óbvio, dentro da específica esfera de competência de Poder, no sentido de traçar, via regulamento próprio, a mais apropriada disciplina de regulamentação do serviço público, a exemplo do que restou consignado em outros entes municipais e, mais significativamente, dentro do Estado do Pará e pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Compulsando a Lei Complementar Municipal n.º 001/1994, de São Miguel do Guamá, resta-me entender como prevista a possibilidade de recebimento e cessão de servidores, a teor do consignado no art. 37, da indicada *lex*, a qual transcrevo:

*"Art. 37. O servidor no exercício de cargo de provimento efetivo, mediante a sua concordância **poderá ser colocado à disposição de qualquer órgão da administração direta ou indireta, da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, com ou sem ônus para o Município, desde que observada a reciprocidade**".*

Ressalto, ainda, não haver vedação quanto a cessão ou recebimento de servidores públicos, durante o estágio probatório, quando fica declinado, nos termos do art. 39, da mesma Lei Municipal, a atribuição ao Chefe do Executivo, de regulamentação do estágio probatório, no que transcrevo:

*"Art. 39. Os requisitos a serem considerados no estágio probatório e o processo sumário de apuração **serão definidos em regulamento**".*

Por todo exposto, considerando os termos da consulta formulada, nos precedentes legais e normativos consignados pelo órgão técnico, bem como na normatização localizada junto ao Município de São Miguel do Guamá, objetivando o encaminhamento mais didático da matéria, apresento as pontuais considerações, seguindo, em sua integralidade, o entendimento firmado pela 3ª Controladoria:



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.169

a) É possível a cessão ou receber cessão de servidor público ainda em estágio probatório?

A cessão e recebimento de servidores, durante o estágio probatório, é matéria que exige a regulamentação entre as partes envolvidas (cedente e cessionário), na forma prevista pela legislação transcrita, passível, assim, da competente normatização interna, via Decreto ou Regulamento, emanado pelo Executivo Municipal, uma vez não restar consignada expressa vedação legal à matéria.

b) O prazo a ser computado em estágio probatório fica suspenso?

De igual forma, a suspensão ou não, da contagem de prazo do estágio probatório, é matéria de competência regulamentadora de cada ente envolvido, sendo imperativo, contudo, consignar que a regra aplicável a cada servidor, é aquela vigente no município (ente da administração pública) cessionário, por se tratar de matéria de ordem administrativa, que envolve o poder discricionário de cada ente.

c) Se não ficar suspenso, de que órgão é a obrigatoriedade de avaliação?

Ainda no mesmo sentido, a responsabilidade na avaliação, no caso de não haver suspensão do estágio probatório, é ponto a ser estabelecido em regulamento próprio dos órgãos envolvidos. De maneira, que a avaliação do estágio probatório poderá ser realizada pelo órgão cedente, como também pelo órgão cessionário, de acordo com o previsto em seu regulamento e ratificado no ato administrativo de cessão.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **18 de fevereiro de 2016.**


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora